



**XXIII SNPTEE
SEMINÁRIO NACIONAL
DE PRODUÇÃO E
TRANSMISSÃO DE
ENERGIA ELÉTRICA**

FI/GET/04
18 a 21 de Outubro de 2015
Foz do Iguaçu - PR

GRUPO - XIV

GRUPO DE ESTUDO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E GESTÃO DA TECNOLOGIA, DA INOVAÇÃO E DA EDUCAÇÃO - GET

A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA COMO RESULTADO DO APROVEITAMENTO DO CAPITAL INTELECTUAL PROTEGIDO PELO DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL – UM VETOR DE AUMENTO DE RECEITA EM POTENCIAL

**Jansen, F. D. S. (*)
ELETROBRÁS ELETRONORTE**

RESUMO

O presente trabalho almeja demonstrar a importância do aproveitamento Sistemático do Capital Intelectual para a Sustentabilidade Empresarial. Trata-se da identificação de alternativas para desenvolvimento empresarial, advindas da inovação, cuja viabilidade decorre das garantias jurídicas relacionadas à Proteção da Propriedade intelectual. Essas garantias são asseguradas por um Arcabouço Legal, composto por legislações domésticas e internacionais, que se configura, no cenário internacional, como uma plataforma para o desenvolvimento. A partir desse entendimento, é palpável a concepção do capital intelectual como vetor de aumento de receita, em potencial, especialmente para as empresas do Setor Elétrico Brasileiro (SEB) após a edição da lei 12.783/2013.

PALAVRAS-CHAVE

Inovação Tecnológica, Arcabouço Legal para o Desenvolvimento, Capital Intelectual, Vetor de Aumento de Receita

1.0 - INTRODUÇÃO

A inovação vem se consolidando nos últimos anos como um elemento propulsor para economia em escala global, alcançando patamares sem precedentes. Desta feita, torna-se inconcebível a compreensão do desenvolvimento econômico e social sem levar em consideração os indicadores, positivos, vinculados à Pesquisa e Desenvolvimento dos diversos segmentos da economia. Em outras palavras, é palpável a compreensão da sustentabilidade empresarial intrinsecamente ligada à inovação, que por sua vez é alavancada pelo valor agregado decorrente da proteção garantida por legislações domésticas (nacionais) e internacionais à Propriedade Intelectual.

Nesse sentido, é importante a compreensão da inovação como um elemento fundamental para a dinâmica da economia global, conforme demonstra Stephen Key:

“A inovação está impulsionando a economia mundial. Um produto incrível é lançado nos Estados Unidos, no Reino Unido, no Japão ou na Alemanha, e graças em grande medida à Internet, logo está sendo vendido nos quatro cantos do mundo. Tão logo o produto ou processo mais recente chega ao mercado alguém já o está incrementando; adaptando-o para novas aplicações ou para novos mercados demográficos ou geográficos, ou nichos de mercados; tornando-o melhor, mais sofisticado, mais simples, mais barato, mais bonito, “mais verde”, melhorando-o de alguma maneira benéfica e simples” (KEY, 2012, p. 43).

Diante desse cenário, principalmente com advento do desenvolvimento tecnológico e informacional dentro do conceito de sustentabilidade, e, em virtude da dinâmica evolutiva em face da inovação em curto espaço de tempo, impulsionada pelo propósito das empresas em sair na frente e dominar o mercado com soluções inovadoras, que na maioria das vezes resultam em *mudanças de conceitos e rompimento de paradigmas*, torna-se, imprescindível discutir toda e qualquer inovação desenvolvida no âmbito empresarial, não apenas com o foco nas necessidades operacionais ou voltado para o processo produtivo, e sim, como potencial fonte de receita e negócios frente às demandas de mercado, principalmente, as relacionadas à indústria e energia - *Sustentáveis*.

Dessa forma, é de extrema importância o aproveitamento do capital intelectual como uma das formas de crescimento de uma empresa e aumento do seu *portfólio*, pois, em todo e qualquer setor produtivo, existem inúmeras possibilidades ou necessidades de melhorias de produtos ou processos com o potencial de diminuição de perdas operacionais, redução de custos, aumento de produtividade, e consequentemente o aumento de receita, sem falar em valor agregado ao produto, *melhorado*, decorrente do emprego do capital intelectual, ou até mesmo ao surgimento de novos produtos como resultado de Pesquisa e Desenvolvimento, e Inovação.

2.0 - A INOVAÇÃO E A ECONOMIA GLOBAL

A inovação exerce um papel crucial na dinâmica evolutiva da economia em escala global. Desse modo, diferentemente de cenários em que a economia de um país era predominantemente auferida ao seu produto interno bruto, a algumas décadas a economia não mais se configura em torno do patrimônio material, e sim, comporta uma cifra expressiva de um patrimônio intangível, conforme ressalta Key (2012, p. 43):

“(...)

Antigamente, a capacidade de produção de um país determinava a sua ascendência na economia global: quanto maior o produto interno bruto (PIB) de um país, maior a sua participação no mercado global. As coisas não são mais assim. Hoje, os países que dominam a economia mundial são aqueles que produzem mais ideias. Em outras palavras, quanto mais *Propriedade Intelectual* um país controla, maior a sua fatia da torta do mercado global.”

Esse patrimônio intangível auferido a participação na economia, pelo controle de propriedade intelectual, tem suas raízes no Direito Internacional e na sua consagração pelas legislações dos países signatários. De outro modo, esse incremento massivo da propriedade intelectual na parcela da economia nos últimos anos, se dá, em grande parte, por uma estrutura legal de proteção, ou seja, o Direito Internacional e Nacional da Propriedade Intelectual, bem como pelo incentivo proporcionado pelas legislações domésticas ao desenvolvimento através da inovação.

Nesse sentido é a abordagem, acerca da Propriedade Intelectual, de Barbosa (2010), como um capítulo do Direito Altissimamente Internacionalizado, que demonstra o valor econômico dos bens imateriais, tanto no aspecto macroeconômico, quanto no contábil e tributário, bem como a relação entre propriedade intelectual e Poder Econômico. Dessa forma, a propriedade intelectual não tem somente influência na economia, mas também em consequência dessa, no poder que dela decorre. Nesse contexto, pode-se elencar o poder econômico de países, tradicionais, *tecnologicamente*, como Estados Unidos, Alemanha e Japão, sem fugir do emergente poder da China.

3.0 - ARCABOUÇO LEGAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Diante do avanço do desenvolvimento tecnológico e informacional nas últimas décadas, é de extrema importância a compreensão do Direito da Propriedade Intelectual como um arcabouço Legal imprescindível para a preservação do patrimônio intelectual, ou intangível, que contribui para o crescimento do país. Entretanto, a abordagem da propriedade intelectual no cenário empresarial, requer uma compreensão além dos processos que permeiam a cadeia produtiva, necessitando de uma atenção voltada para a estrutura legal que vai dos incentivos ao desenvolvimento e à inovação, à proteção jurídica.

Para isso, é imprescindível a compreensão dessa estrutura legal como base do desenvolvimento empresarial, ou como base de aumento de portfólio e fonte de receita alternativa para empresas de diversos setores produtivos, em especial, as empresas do setor elétrico, cuja receita está condicionada às regras estabelecidas na Lei 12.783/2013, mais especificamente, no que diz respeito a renovações de concessões.

Ademais, a compreensão dessa estrutura legal principalmente de proteção, se faz necessário, partir de entendimento conceitual acerca da Propriedade Intelectual.

3.1 Conceito de Propriedade Intelectual

O conceito de Propriedade intelectual pode ser trabalhado segundo o entendimento de Serpa (2013, p. 1), pelo qual afirma que, a “Propriedade intelectual é gênero, que tem como espécies a propriedade industrial e os direitos autorais”. Para a autora a propriedade industrial é discutida no direito empresarial, a qual protege a técnica e cujo

registro é constitutivo da proteção, já os direitos autorais estão na alçada do direito civil, os quais protegem a obra em si e cujo registro é declaratório.

De uma forma mais específica, destaca-se o conceito da Propriedade Intelectual da Convenção da Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI (WIPO em inglês), que define como Propriedade Intelectual, a soma dos direitos relativos às obras literárias, artísticas e científicas, às interpretações dos artistas intérpretes e às execuções de radiodifusão, às invenções em todos os domínios da atividade humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais, às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais, à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico.

Neste sentido, é possível constatar que o tema Propriedade Intelectual está inserido, ainda que de forma desconhecida para os agentes, nos mais diversos setores da economia. Isso implica na percepção da importância da atividade inventiva e inovadora para o desenvolvimento, sobretudo econômico e empresarial.

3.2 Legislação Internacional

Em uma breve abordagem histórica sobre a Propriedade Intelectual no direito internacional, verifica-se a preocupação, por parte dos países da Europa, em proteger as invenções desde o século XVIII, “com a elaboração de direitos exclusivos sobre a materialização de ideias de produção e reprodução de bens” (GOYANES, 2007, p.4). Esse movimento é decorrente do início da produção em série no berço da revolução industrial e evoluiu através de acordos bilaterais e convenções (uniões) até a consolidação do *Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS em inglês)*, em 1994, no âmbito da *Organização Mundial do Comércio – OMC (em inglês, International Trade Organization - ITO)*, no final da segunda metade do século passado.

No século XIX, diante da ausência de instituições voltadas para a tutela administrativa e jurisdicional, e das reivindicações de garantias eficazes de proteção dos interesses dos autores e inventores, pelas legislações domésticas, foram adotadas a Convenção de Paris em 20 de março de 1883 e a Convenção de Berna em 09 de setembro de 1886, conforme explica Polido (2013, p. 23),

“No campo da propriedade intelectual, a criação da União de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial de 1883 e da União de Berna para Proteção das Obras Literárias e Artísticas de 1886, deixou um legado importante para o Direito Internacional. Consequências factíveis das revoluções tecnológicas e o surgimento de importantes potências industriais evidenciaram o retrato embrionário da cooperação entre estados,(...)”

Dada a importância da institucionalização e da internacionalização dos Direitos de Proteção à Propriedade Intelectual, após a criação da ONU com a Declaração de São Francisco de 1945, os trabalhos das secretarias da União de Paris e da União de Berna foram unificados, ainda que mantendo suas estruturas originais, na Conferência de Estocolmo de 1967. Neste momento foi estabelecido a criação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI (WIPO, em inglês), com sede em Genebra, que incorporava os trabalhos das secretarias Internacionais das Uniões, sendo reconhecida como Agência Especializada das Nações Unidas em 17 de dezembro de 1974.

Paralelamente ao estabelecimento e consolidação da OMPI, ocorriam as rodadas de negociações do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT em inglês), que se estendia desde a proposta de criação de um acordo bipolar para a redução recíproca das tarifas de comércio de bens, iniciada pelos Estados Unidos e os aliados de guerra em 1942, culminando com a primeira rodada de negociações do acordo GATT, em Genebra, em 1947, até a rodada Uruguai, em 1994, que através do tratado de Marrakesh, foi estabelecida a Organização Intergovernamental denominada de Organização Mundial do Comércio – OMC (ITO em inglês).

Com a criação da OMC, através de uma cláusula, foi consolidado o mais importante instrumento multilateral para a globalização das leis de Propriedade Intelectual e com um poderoso mecanismo de execução, o acordo *TRIPS*. Um Instrumento que classifica como espécies de propriedade intelectual o direito do autor, as marcas, as indicações geográficas, as patentes, os desenhos industriais e as topografias de circuitos integrados em todo o mundo, e estabelece os mínimos padrões no âmbito do direito internacional relacionado a patentes, o que ensejou a criação de Leis sobre a matéria na maioria dos países membros, um total de 148 países, respeitando suas especificidades e soberania de cada país.

Diante do regime internacional de proteção dos direitos de propriedade intelectual e do amplo conceito desses direitos, que se tornaram cada vez mais abrangentes e vinculantes aos países signatários, verifica-se que a análise sistematizada de todo arcabouço legal da propriedade intelectual é imprescindível para avaliação dos benefícios da garantia de proteção aos direitos de autor e inventor, e para identificação de como essa proteção pode contribuir para o aumento do patrimônio intelectual do país.

A esse respeito, vale destacar o desempenho dos Países desenvolvidos e emergentes, nas últimas décadas, com relação ao número de pedidos de patentes, mais especificamente, ao desempenho da China que se apresenta no topo do Ranking no ano de 2012, seguida de Japão, Estados Unidos e Alemanha, segundo indicadores do Banco Mundial (The World Bank, 2012).

3.3 O Direito da Propriedade Intelectual e a Inovação no Brasil

O Brasil, desde os primeiros momentos dessa evolução, vem se destacando com a recepção de tratados internacionais e criação de leis, que se identificam com o regime internacional e visam proteger a atividade criativa, conforme segue abaixo:

- a. Decreto nº 923, de 28 de junho de 1884 (CONVENÇÃO DE PARIS EM 1883) - Promulga a convenção, assinada em Paris a 20 de Março de 1883, pela qual o Brasil e outros Estados se constituem em União para a proteção da propriedade industrial, bem como adere a revisão de Haya de 1925, em 1929, a revisão de Estocolmo de 1967, em 1992, e por fim, a revisão de Estocolmo de 1994, no mesmo ano.
- b. Decreto nº 75.699, de 06 de maio de 1975 (CONVENÇÃO DE BERNA DE 1886) - Promulga a Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas, de 9 de setembro de 1886, revista em Paris, a 24 de julho de 1971.
- c. Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994 (OMC/TRIPS) - Promulga a Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT.
- d. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 - Regula direito e obrigações relativos à propriedade industrial.
- e. Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997 - Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências.
- f. Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998 - Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.
- g. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 - Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

Dentre os diplomas legais, podemos destacar a adesão do Brasil ao acordo *TRIPS* no âmbito da OMC, e consequentemente a criação da Lei de Propriedade Industrial com objetivo de implementar os padrões mínimos estabelecidos no acordo, viabilizando assim, as garantias mínimas de proteção, em nível nacional.

De certa forma, esse arcabouço legal, por meio das garantias legais e suas respectivas proteções jurídicas aos resultados de pesquisa e desenvolvimento e inovação, vêm configurando como instrumento de incentivo para o desenvolvimento econômico do país, podendo trazer impactos econômicos positivos para a sociedade (Locatelli; Gastmann, 2011).

Esse desenvolvimento econômico – *técnico-científico-informacional* – decorre do aumento da atividade de Pesquisa e Desenvolvimento nas Instituições Públicas e Privadas nos mais diversos setores da economia. Entretanto, no Brasil, esse ramo ainda se caracteriza de forma predominantemente nas Instituições Públicas, ao contrário de países como Estados Unidos e Coréia em que a Pesquisa e Desenvolvimento predominam nas Instituições de Pesquisas e Empresas Privadas. Nesse contexto, destaca-se como uma das características dessa dissonância, dentre outras, a atuação dos pesquisadores brasileiros predominantemente em instituições Públicas, *ou seja, enquanto nesses países, a maioria dos doutores estão empregados nas indústrias, no Brasil isso ocorre com apenas uma pequena fração de nossos doutores* (BEIRÃO, 2011).

3.4 Legislação de Incentivo à Inovação

Além do fomento à inovação por intermédio das garantias advindas dos Direitos de Propriedade intelectual, há de se ressaltar a importância da política de incentivo à inovação no âmbito nacional. Trata-se da criação de Leis, nas últimas décadas, que visam incentivar a cultura inovadora nas empresas e viabilizar investimentos em pesquisas e desenvolvimento.

Com esse entendimento é possível elencar, dentre outras Leis, as seguintes: a) Lei nº 9.991/ 2000, que dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica; b) Lei nº 10.973/ 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências; c) Lei nº 11.196/ 2005 (Lei do Bem) – que dentre outras providências, dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte que institui, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos recursos destinados à inovação para o desenvolvimento de tal atividade nas microempresas ou nas empresas de pequeno porte; e d) Lei nº 11.484/2007, que dispõe sobre os incentivos às

indústrias de equipamentos para TV digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, entre outros incentivos.

De um modo geral, ações governamentais, contribuem positivamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do país, por intermédios das políticas nacionais de incentivos à inovação tecnológica. Entretanto, as empresas brasileiras ainda possuem indicadores de inovação tecnológica e de gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) bastante inferiores aos observados nos países desenvolvidos, e, mesmos, aos de outros países em desenvolvimento.

Para Spiewak (2013), “A maioria das empresas brasileiras não aproveita o sistema da Propriedade Intelectual, tampouco acredita na inovação tecnológica como fonte de competitividade”. Isso implica na necessidade de uma maior integração das instituições governamentais, bem como maior ousadia do Estado no objetivo de alavancar o esforço tecnológico do setor produtivo, e principalmente, a absorção das políticas de incentivo à inovação por parte das empresas, com o propósito de aumentar a produção intelectual no país.

4.0 – O CAPITAL INTELECTUAL NAS EMPRESAS BRASILEIRAS

O Capital Intelectual é o material intelectual que pode agregar valor às empresas e representar um diferencial competitivo em relação aos concorrentes, e atualmente vem sendo muito importante para o desenvolvimento das Organizações. É um conjunto de benefícios intangíveis que se configura por meio do conhecimento, da informação, da propriedade intelectual, da experiência, dentre outros, que se pode explorar como fonte de receita para o desenvolvimento empresarial. De outra forma, o capital intelectual é um gerador de riquezas para o ser humano, e um ativo privilegiado para as empresas.

Segundo Antunes e Martins (2005), Capital Intelectual é o somatório do conhecimento proveniente das habilidades aplicadas (conhecimento tácito) dos membros da organização com a finalidade de trazer vantagem competitiva, materializado em bons relacionamentos com clientes e no desenvolvimento de novas tecnologias.

Nesse sentido, os fatores que mais se destacam diante da concorrência são a incorporação de inovações e melhorias aos produtos e serviços, resultando em produtos de alta qualidade com custo reduzido e ampliação da gama de soluções especializadas e ajustadas às necessidades dos clientes e demandas de mercado.

No entanto, apesar da contribuição das políticas de incentivos à inovação e a crescente tendência da cultura inovadora nas instituições de ensino e pesquisa, e nas empresas públicas e privadas que adotam políticas internas de incentivos à inovação tecnológica, não parece predominante o aproveitamento sistemático do capital intelectual dentro das empresas dos diversos setores da produção industrial. Em outras palavras, as empresas de um modo geral, concentram energias em seus processos finalísticos, tendo como fonte de receita o seu produto principal, sem que haja uma atenção especial para a potencial fonte de receita advinda de melhorias de processos e produtos de toda a cadeia produtiva, em decorrência da Proteção da Propriedade Intelectual resultante.

Por outro lado, cabe salientar, que há uma crescente tendência da cultura de inovação na indústria advinda de necessidades de melhorias em processos, redução de custo, soluções de falhas entre outras, em grande parte, de caráter espontâneo em decorrência da especialização da mão de obra, ou seja, quanto mais complexo o processo produtivo e especializada a mão de obra, maior a quantidade de melhorias e soluções, efetivas ou potenciais, atrelada a ele, dada a capacidade criativa e inovadora de profissionais dos mais variados setores da tecnologia na indústria, estimulados pela gama de oportunidade de melhoria e criação no setor.

Essa tendência tem um reflexo diretamente no desempenho empresarial, pois, espontâneo ou por meio de políticas internas de incentivo à inovação, as melhorias, soluções e inovações atreladas ao processo produtivo, incidem positivamente nos indicadores empresariais.

Uma das características do aproveitamento do capital intelectual consiste na implementação de políticas de incentivo à inovação dentro das organizações, sendo que os resultados advindos da adoção dessas políticas são responsáveis, em grande parte, pelo destaque de empresas de diversos setores no ranking das empresas mais inovadoras do Brasil, como exemplo, o destaque da ELETROBRAS ELETRONORTE na 17ª posição entre as 20 (vinte) empresas mais inovadoras no ano de 2010, segundo levantamento da revista Época NEGÓCIOS, da Editora Globo, cabe aqui enaltecer o fato que esta empresa foi a única empresa estatal e também a única do Setor Elétrico a ser premiada.

5.0 – VETOR DE AUMENTO DE RECEITA PARA AS EMPRESAS DO SETOR ELÉTRICO

No setor elétrico após a edição da Lei 12.783/2013, houve significativas mudanças nas receitas das empresas que renovaram concessões, antecipadamente, em especial a geração, onde a empresa deixa de vender sua energia

elétrica a preços de mercado, passando a estar sujeita a tarifa regulada, tendo dessa forma, um patamar de rentabilidade mais baixo. “Em outras palavras, antes da vigência da MP 579 e após a reforma do modelo setorial em 1995, entendia-se que a atividade de geração de energia elétrica não devia se submeter às tarifas, por não ser serviço público em sentido estrito” (MENESES; SANTOS, 2014).

Dessa forma, essas empresas deixam de explorar o potencial econômico da produção de energia elétrica, cujo resultado depende da capacidade e dos meios de produção, e passam a ser remuneradas pela operação e manutenção dos ativos, segundo “a metodologia adotada pela ANEEL ao longo dos anos, e que tem buscado a chamada eficiência na prestação do serviço público, visando à modicidade tarifária” (DIEESE, 2013).

De qualquer forma, diante da nova legislação, é forçosa a necessidade de medidas adotadas pelas empresas, no sentido de adequar-se aos ditames da Lei e manter a sustentabilidade empresarial, visando à eficiência operacional e dentre outras a redução de custo. Nesse sentido, cabe salientar que, as empresas geradoras e transmissoras de energia terão um desafio constante pela frente, o de se adequar a uma nova realidade de revisão tarifária, onde as receitas serão reajustadas pela ANEEL a cada cinco anos.

Esse desafio remete a uma breve avaliação da Sistemática de Aproveitamento do Capital Intelectual como uma alternativa para a sustentabilidade das empresas do setor elétrico. Para isso, é necessária a compreensão da importância da cultura inovadora não somente no âmbito da Pesquisa e desenvolvimento, mas também inserida nas etapas do processo.

Portanto, os incentivos à inovação no âmbito empresarial não devem ter como objeto apenas o projeto de P&D, mas também devem incluir, dentre outras medidas, a conscientização da gestão dos processos produtivos, onde líderes precisam compreender as tendências inovadoras e perceber seu potencial, de forma a favorecer a identificação de possibilidade de aumento na participação da empresa no mercado, por meio de ativos intangíveis - Propriedade Intelectual - resultante de cada processo.

5.1 A Inserção de P & D na Indústria em Escala Global como Referência para o Setor Elétrico

Nos últimos anos o Brasil vem se destacando com o crescimento do volume de Pesquisa e Desenvolvimento e inovação. No entanto, nossos indicadores ainda estão baixos se comparados à quantidade de pedidos de patentes e volume de investimentos dos países desenvolvidos ou até mesmo às economias emergentes, em especial, a China que desponta nos últimos anos, como demonstra a Revista de Audiências Públicas do senado federal (2012):

“Ao se comparar a proporção, em relação ao PIB, do investimento em pesquisa e desenvolvimento no Brasil com os números de nações da OCDE e de outros países da América Latina e do **Brics**, percebe-se que o país só está acima de México, Argentina, Chile, África do Sul e Rússia, ficando muito distante de China e Coreia do Sul, por exemplo, nações que iniciaram muito recentemente o salto de desenvolvimento industrial. A China tornou-se, em 2011, o segundo maior investidor mundial em P&D.
(...)

A grande diferença entre o Brasil e os outros países desses grupos é o volume de investimento em pesquisa e desenvolvimento feito pela iniciativa privada. O 0,55% do PIB aplicado pelas empresas brasileiras está longe dos 2,68% investidos pelo setor privado da Coreia do Sul ou dos 1,22% da China, por exemplo. Quando se comparam os investimentos públicos, no entanto, os gastos do Brasil estão na média das nações mais desenvolvidas: o 0,61% do PIB brasileiro está próximo do percentual investido pelo conjunto dos países da OCDE (0,69%)”.

A revista atenta também para o fato de que as empresas arcam com até 75% dos investimentos em P&D no mundo, sendo que no Brasil, o Estado dispõe da metade. Nesse sentido, percebe-se que, quanto maior a participação do setor privado em Pesquisa e Desenvolvimento maior é a participação da nação na economia global. Esse cenário é demonstrado por Strauss (2009), pelo qual, evidencia o desenvolvimento da China, elencando o aumento de número de pessoas empregadas no campo de pesquisa e desenvolvimento (P&D), passando de 781.000, em 1986, para 1.035.000, em 2002. Onde os gastos com P&D já ultrapassavam 60 bilhões de dólares, tornando-a o terceiro do mundo em investimentos, segundo o mesmo, “Isto também é demonstrado pela mudança dos empregados em P&D das instituições de pesquisas oficiais para a indústria, representada por um aumento de 154.000, em 1991, para 351.000, em 1999. Em 2001, a indústria já cobria 60% dos gastos em P&D”.

Com base nos dados, percebe-se a necessidade de ações governamentais, urgentes, em nosso país, que proporcionem incentivos ao setor privado em pesquisa e desenvolvimento. Entretanto, as empresas precisam explorar mais o arcabouço legal que engloba as leis de propriedade intelectual e de incentivo à inovação, com o objetivo de identificar as possibilidades legais de aumento de receita com inovação, e que, consequentemente podem se configurar como um diferencial competitivo para a sustentabilidade empresarial.

A esse respeito, verifica-se a possibilidade de criação de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento Multidisciplinar dentro das organizações, de modo que atenda de forma integrada diversos setores da produção, com ênfase no aproveitamento de ideias (inovações, melhorias) intrínsecas aos processos produtivos e que podem se converter em soluções inovadoras e sustentáveis que atendam as necessidades internas e de mercado.

5.2 Aproveitamento Sistemático do Intelecto Criativo

É importante a adoção de política sistemática de incentivo à inovação que proporcione a disseminação da cultura inovadora com base na cultura dos países desenvolvidos; a disseminação da legislação vigente que trata da propriedade intelectual; a captação de ideias; a flexibilidade de avaliação dos potenciais inovadores; e a praticidade na formalização do conteúdo inovador, tendo como resultado uma redução do tempo de identificação das ideias e melhorias até o lançamento da solução ou produto final.

Essa sistemática deve absorver ao máximo o potencial inovador e as oportunidades de inovação inseridas no processo, de forma a evitar a frustração das ideias antes mesmo de serem apreciadas pelos setores especializados, evitando o desperdício criativo, como o relatado por Spiewak (2013), onde observa que "é incompatível que a 6ª maior economia mundial não valorize a enorme capacidade do intelecto criativo brasileiro, que poderia ser um enorme ativo inovador..."

Dessa forma, o aproveitamento sistemático do capital intelectual, em especial a capacidade de inovação dentro das empresas, pode refletir no aumento da receita através do incremento de novos produtos e soluções no mercado, oriundos de necessidades operacionais de cada setor produtivo, consolidando assim, a Propriedade Intelectual como um vetor de aumento de receita. Contudo, esse aproveitamento deve ser sistematizado através da adequação ou criação de setores, áreas ou departamentos, integrados e especializados na captação de ideias, análise de viabilidade (técnica, econômica e financeira) e, principalmente, desenvolvimento.

Ademais, a sistemática de aproveitamento do Capital Intelectual tem como elementos fundamentais, "a experiência adquirida ao longo do tempo", o *know how* e o potencial inovador e de aperfeiçoamento por parte da mão de obra de cada setor ou processo produtivo. Esses elementos são responsáveis, em grande parte, pelas melhorias empregadas em determinados processos tendo como consequências, impactos positivos nos indicadores empresariais, e, no entanto, não são devidamente explorados técnica e economicamente pelas empresas.

Nesse sentido, cabe ressaltar, que a etapa de Captação de ideias dentro do processo, não deve visar apenas à aplicabilidade da inovação/modificação ou melhoria, com o foco no processo, tendo como critério de avaliação o resultado nas reduções de perdas e custos, e sim, principalmente, o potencial inovador e econômico, este último advindo do potencial de aplicabilidade nas empresas do Setor Elétrico e nos diversos setores da produção industrial, explorando assim a Propriedade Intelectual e proporcionando o aumento do patrimônio intangível.

Com relação ao desenvolvimento como etapa da sistemática de aproveitamento do capital intelectual, é importante salientar a relevância da integração da Pesquisa e Desenvolvimento com o processo produtivo de forma a proporcionar intercâmbio dentro do quadro funcional, proporcionado estreitamento entre as necessidades técnicas pertinentes a cada processo e o potencial criativo e de desenvolvimento, da mão de obra e Pesquisadores, respectivamente, consolidando assim, um ambiente propício à inovação dentro da organização.

Portanto, em resumo, o Aproveitamento Sistemático do Capital Intelectual, no âmbito empresarial, através da Integração da Pesquisa e Desenvolvimento ao Processo, ao potencial criativo e inovador e à *expertise* dos diversos setores, com o objetivo de explorar as necessidades, em termos de melhorias e aperfeiçoamento, transformando-as em Produtos e Soluções que atendem as necessidades internas e de mercado, pode se configurar como uma *fonte de receita alternativa* para as empresas do Setor Elétrico Brasileiro (SEB).

6.0 – CONCLUSÃO

Procurou-se, por meio deste trabalho, elencar uma breve demonstração da importância da inovação para o desenvolvimento, no sentido amplo, sobretudo econômico, no que diz respeito à Sustentabilidade Empresarial, com base nas garantias jurídicas proporcionadas pelo Arcabouço Legal que envolve as Legislações acerca da Propriedade intelectual, no âmbito nacional e internacional, e, que por sua vez, se configura em instrumento de estímulo tanto para a Pesquisa e Desenvolvimento, quanto para os Investimentos no setor.

Ante o exposto, e, em contrapartida aos desafios encarados pelas empresas do Setor elétrico Brasileiro (SEB), após a edição da Medida Provisória 579, posteriormente convertida na Lei 12.783 de 2013, a Inovação, a Pesquisa e Desenvolvimento e o Capital Intelectual internalizado nas empresas, podem se configurar como vetor de aumento de receita, contribuindo, através da Propriedade intelectual, com a parcela do patrimônio intangível empresarial. Portanto, é possível conceber, a inovação no sentido amplo, como diferencial para Competitividade e Sustentabilidade Empresarial no Setor Elétrico Brasileiro, cujos alicerces são as garantias Legais, efetivas, e os insumos o Intelecto Criativo, em potencial, dentro dos mais variados processos produtivos.

7.0 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (01) ANTUNES, M. T. P.; MARTINS, E. **Capital intelectual: verdades e mitos**. Revista Contabilidade & Finanças - USP, v. 13, n. 29, p. 41-54, 2002. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/24101/capital-intelectual-verdades-e-mitos/i/pt-br> > Acesso em: 10 Mar. 2015.
- (02) BARBOSA, Denis Borges. **Tratado da Propriedade Intelectual**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- (03) BANCO MUNDIAL – **The World Bank**. Disponível em: < <http://data.worldbank.org/products/wdi> > Acesso em: 10 Mar 2015.
- (04) BEIRÃO, Paulo. **Brasil precisa investir para se inserir no contexto dos países desenvolvidos**. Mosaico, Entrevista exibida em 13/02/2011 no "Programa Canal Livre" da Bandeirantes com o Ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante. Disponível em: < http://www.mosaico.com.br/?canal=1&pg=show_noticias_informativa&in=171&path=Noticias > Acesso em: 10 Mar. 2015.
- (05) BRASIL. **Lei nº 11.484**, de 31 de maio de 2007.
- (06) BRASIL. **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro 2006.
- (07) BRASIL. **Lei nº 11.196**, de 21 de novembro de 2005.
- (08) BRASIL. **Lei nº 10.973**, de 02 de dezembro de 2004.
- (09) BRASIL. **Lei nº 9.610**, de 19 de fevereiro de 1998.
- (10) BRASIL. **Lei nº 9.609**, de 19 de fevereiro de 1998.
- (11) BRASIL. **Lei nº 9.456**, de 25 de abril de 1997.
- (12) BRASIL. **Lei nº 9.279**, de 14 de maio de 1996.
- (13) BRASIL. **Lei nº 8.958**, de 20 de dezembro de 1994.
- (14) BRASIL. **Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994 (OMC/TRIPS). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1355.htm>
- (15) BRASIL. **Decreto nº 9233**, de 28 de junho de 1884 (CONVENÇÃO DE PARIS EM 1883). Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=58957&norma=74813>>
- (16) BRASIL. **Decreto nº 75.699**, de 6 de maio 1975 (CONVENÇÃO DE BERNA DE 1886). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D75699.htm>
- (17) DIEESE. **Boletim do setor Elétrico** - maio 2013. DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômico. Maio 2013. N.0. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/boletimsetoreletrico/2013/boletimSetorEletricoN0.pdf>> Acesso em: 09 mar. 2015
- (18) GOYANES, Marcelo. **Tópicos em propriedade intelectual: marcas, direitos autorais, designs e pirataria**. 1. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.
- (19) LOCATELLI, Liliانا; GASTMANN, Gabriella Sucolotti. **Propriedade Intelectual: Da Proteção Jurídica ao Desenvolvimento Econômico**. Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI. Vol.7, N.12: p.122-135, Maio/2011. Disponível em: <http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_012/artigos/artigos_vivencias_12/n12_11.pdf> Acesso em: Nov. 2014.
- (20) KEY, Stephen. **Uma Simples Idéia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cultrix, 2013.
- (21) MENEZES, Rosani; SANTOS, Rodrigo Machado. **Natureza Jurídica das Concessões de Geração Prorrogadas**. Diário do Comércio. 08 de março de 2014. Disponível em: http://www.diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=natureza_juridica_das_concessoes_de_geracao_prorrogadas&id=131632. Acessado em: 09 mar. 2015.
- (22) POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot. **Direito internacional da propriedade intelectual – fundamentos, princípios e desafios**. 1. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.
- (23) SERPA, Flávia de Araújo. **Notas introdutórias sobre a propriedade industrial**. Jus Navigandi, Teresina, ano 18, n. 3536, 7 mar. 2013. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/23908>>. Acesso em: 19 nov. 2014.
- (24) WIPO/OMPI – **Organização Mundial da Propriedade Intelectual**. Disponível em: <<http://www.wipo.int/about-ip/en>> Acesso em: 21 nov. 2014.
- (25) SENADO FEDERAL. **Investimento em pesquisa e desenvolvimento no Brasil e em outros países: o setor privado**. Revista de Audiências Públicas do senado federal. Ano 3 - n 12 - setembro 2012. Disponível em: < <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/inovacao/ciencia-tecnologia-e-inovacao-no-brasil/investimento-em-pesquisa-e-desenvolvimento-no-brasil-e-em-outros-paises-o-setor-privado.aspx> > Acesso em: 12 Mar. 2015.
- (26) SPIEWAK, Benny. **Empresas brasileiras não aproveitam o sistema da Propriedade Intelectual**. Portal IPEA 50 Anos - TN Petróleo (RJ), 20 de maio de 2013, 10h19. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18222&Itemid=1 >. Acesso em: 25 fev. 2015.
- (27) STRAUS, Joseph. **O Impacto da Nova Ordem Mundial no Desenvolvimento Econômico: O Papel dos Regimes dos Direitos de Propriedade Intelectual**. In: IDS – Instituto Dannemann Siemsen de Estudos Jurídicos e Técnicos (Org.). **Propriedade Intelectual: Plataforma para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009, p. 123- 154.

8.0 - DADOS BIOGRÁFICOS



Fernando da Silva Jansen, nascido em Almeirim – PA, em 24 de maio de 1984. Graduando em Direito, com estudos em *Direito da Propriedade Intelectual* e Monografia sob o Título de *DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL: Um Arcabouço Legal de Fomento ao Desenvolvimento*. Técnico em Eletrônica. Atua na Eletrobrás Eletronorte desde 2007, na função de Técnico em SPCS de Subestações, com os seguintes trabalhos premiados a título de *inovação*: 1) MASP - Plataforma Virtual de Simulação de Subestação, FAIXA OURO – V MUIRAQUITÁ 2011; 2) MASP – Treinamento, 3º Lugar - PIM 2014; 3) SAUX – Sim Simulação em Tablet/Android, FAIXA BRONZE - VII MUIRAQUITÁ 2014 e 2º Lugar - PIM 2014; e, 4) SVCDI – Sistema de Controle por Software Integrado à Supervisão, FAIXA BRONZE - VII MUIRAQUITÁ 2014.